



**Gênero e histórias de vida e formação de alunos LGBTQIAPN +:
representações à luz da semiótica discursiva**


***Gender and life stories and education of LGBTQIAPN + students:
representations in the light of discursive semiotics***

[10.29073/naus.v7i1.817](https://doi.org/10.29073/naus.v7i1.817)

Recebido: 26 de novembro de 2023.

Aprovado: 17 de junho de 2024.

Publicado: 27 de junho de 2024.

Autor/a: Nilsandra Castro , Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brazil, nillsandra@gmail.com.

Resumo

O presente estudo visou refletir sobre narrativas de acadêmicos LGBTQIAPN+ da UFT — Universidade Federal do Tocantins (Brasil) — com relação a suas histórias de in/exclusão ao longo de seu processo de escolarização. Acreditamos que entender suas histórias de vida e de formação nos ajudará a dar mais visibilidade e compreensão acerca do trato/respeito/aceitação a propósito das hostilidades sofridas em suas trajetórias de vida. Tendo em vista a perspectiva interdisciplinar, mobilizamos estudos que envolvem a memória, as relações de gênero e de identidade e ainda a semiótica em uma de suas vertentes, a sociosemiótica, teorias empregadas como subsídio teórico para a análise dos relatos. Com esse trabalho, pudemos perceber que o apelo a educação deve ser uma máxima prioritária, pois é dela que advém a esperança de dias mais progressistas em dimensões mais libertadora da consciência humana. É a educação que pode gerar tensões mais humanistas, atrelada a conteúdos de ordem política e cultural que melhor dimensionem os sujeitos em suas diversas conduções de vida.

Palavras-Chave: Acadêmicos LGBTQIAPN+; Gênero; História de Vida; Sociosemiótica.

Abstract

This study aimed to reflect on narratives of LGBTQIAPN+ academics from UFT—Universidade Federal do Tocantins (Brazil)—regarding their experiences of inclusion/exclusion throughout their educational journeys. We believe that comprehending their life and educational narratives will contribute to greater visibility and understanding regarding the treatment/respect/acceptance concerning the hostilities they have faced. Adopting an interdisciplinary perspective, we drew upon studies encompassing memory, gender and identity relations, as well as semiotics, particularly sociosemiotics, as theoretical frameworks for analyzing the narratives. Through this endeavor, we discerned that prioritizing education is imperative, as it holds the promise of fostering more progressive days in dimensions that liberate human consciousness. Therefore, education has the potential to cultivate more humanistic tensions, coupled with political and cultural content that better contextualize individuals within their diverse life experiences.

Keywords: Gender; LGBTQIAPN+ Academics; Life's History; Sociosemiotics.

1. Introdução

O presente trabalho é recorte de nossa tese de doutorado e conforme Eric Landowski (2012), como pede qualquer texto, efeito de longo processo, é necessário que seja finalmente apresentado, nomeando-se, mostrando-se, dizendo do que se ocupa, enunciando-se como um produto coeso e acabado, que ilude na sua linearidade: “na falta disso, ele escolhe, então, um título para si: do que o senhor falará?” (Landowski, 2012, p.9). Em nosso caso, discutiremos acerca das identidades de gêneros que emergem das histórias de vida dos acadêmicos homossexuais da Universidade Federal do Tocantins (UFT), situada na região Norte do Brasil, considerando suas vivências e resistências no processo de aprendizagem.



As possibilidades na vida dos sujeitos são sempre inúmeras, na tensão entre rotina e acaso, continuidade e ruptura, previsibilidade e acontecimento, por vezes constituindo-se como efeito de escolhas, outras como produto de coerções, de um ou outro modo, implicando transformações que nos solicitam os sentidos. Nossa escolha epistemológica é, assim, a do campo dos sentidos, “Porque a única coisa que, sob uma forma ou outra, poderia realmente nos estar presente, é o sentido” (Landowski, 2012, p. 9). Como os sujeitos se significam e o que coopera para esse modo de significar-se?

Discutir sobre identidades de minorias nos parece não ter outra escolha senão engajar-se pela causa, afinal, estamos falando de vidas, vidas que, por vezes e muitas vezes, são negligenciadas, contestadas, afrontadas com constantes pressões advindas da Escola, da Mídia, da Igreja, da Família, do Estado. Nesse sentido, Silva (2017, p. 1) define semiótica como compromissada com o mundo “o que, no nosso caso, se traduziria em buscar compreender o que faz com que os sentidos sejam lidos numa dada direção, num dado momento”.

Cada história desvela um sujeito único, diferente, que traz consigo suas histórias de enfrentamentos e recuos, contenções, contestações e sacrifícios. Considerando o viés semiótico, podemos dizer que as histórias de vida ouvidas nos afetou. Assumimos, nesse aspecto, um fazer investigativo que se afasta dos ideais positivistas que pretendem, em nome da objetividade e da cientificidade, tanto o afastamento quanto a própria objetificação dos sujeitos pesquisados.

A presente abordagem é de natureza qualitativa, partindo do pressuposto de que lidamos com a esfera interpretativista como mobilizadora e orientadora do tratamento dos dados. A pesquisa ora delineada é de abordagem qualitativa, tendo como técnica investigativa a história oral, sendo a semiótica a principal teoria mobilizada para a análise dos relatos. O que nos interessou, portanto, foi compreender o que os sujeitos dizem e como fazem para dizer o que dizem, tendo em vista que a pesquisa privilegia a dimensão do sentido. Essas narrativas são recortes históricos de experiências vivenciadas pelos sujeitos alinhavadas ao processo de formação e emancipação pessoal, sexual, social e cultural.

2. Primeiras Impressões: Histórias e Lutas

Alguns livros clássicos marcaram a história das lutas das minorias, especialmente das discussões em torno do gênero e se tornaram um novo fundamento para uma nova onda do feminismo com reverberações na comunidade LGBTQIAPN+, a exemplo: *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, publicado em 1949 e que instituiu uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. É imperativo dizer que, embora seja uma frase efusivamente citada, instaura, entre outras questões, uma polêmica, que se constrói quanto aos limites do corpo.

Segundo Butler (2014), o corpo não é um meio passivo em que se inscrevem significados culturais, não se podendo, pois, afirmar que o corpo signifique antes da sua marca de gênero. Todavia, a autora chama a atenção para o fato de Beauvoir separar sexo e gênero como instâncias distintas, conseqüentemente, dentro dessa ótica, poderia o gênero feminino emergir de um corpo masculino, sendo o contrário também possível, Beauvoir não deixa claro como deve ser construído o gênero e, portanto, poderiam ser vastas as possibilidades de se pensar o corpo, não mais como sendo masculino e feminino, mas como algo aberto a possibilidades de ser e existir.

Em consequência, diz Butler (2014), não podemos pensar que toda e qualquer possibilidade de gênero seja possível, mas que existem fronteiras analíticas que condicionam os discursos. Portanto, os discursos criam representações, são eles que definem as possibilidades de configurações possíveis e imagináveis na cultura. Desse modo, Butler acredita que a ótica de Beauvoir é limitada, no sentido de que se mostra acrítica frente a dualidade cartesiana entre liberdade e corpo, largamente discutida na tradição filosófica, e assim, qualquer desenho “acrítico da distinção corpo/mente deve ser repensada em termos de hierarquia de gênero que essa distinção tem convencionalmente produzido, mantido e racionalizado” (Butler, 2014, p. 32). Para a autora, mais do que pensar sobre o sexo, devemos, sobretudo, levantar uma bandeira acerca dos substratos de poder que invisibilizam as construções discursivas e que colocam o sexo como anterior a cultura.



Em outras palavras, as diferenças entre homens e mulheres ainda pairam sobre o sexo, o biológico, mesmo depois de tantas discussões e avanços. Marx (2006) na obra *Sobre o Suicídio* constrói uma crítica social às causas do suicídio e a opressão das mulheres nas sociedades modernas, demonstra, inclusive, que o suicídio extrapola a condição social. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente o que resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio (Marx, 2006, p. 16). Conforme está descrito no livro, esta não é uma obra científica, mas resultado de anotações, em torno de incidentes, seguidos de comentários.

A obra nasce a partir de investigações de Jacques Peuchet, diretor de arquivos da Polícia Francesa, em que lhe chamou a atenção os diversos casos de suicídio da época. Três dos quatro casos de suicídio analisados, se referem a mulheres vítimas do patriarcado, segundo Marx: “Entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência” (Peuchet e Marx, 2006, p. 18).

A *Revolução* não derrubou todas as tiranias; os males que se reprovavam nos poderes despóticos subsistem nas famílias; nelas eles provocam crises análogas àquelas das revoluções. (Peuchet e Marx, 2006, p. 18, grifo do autor). Desse modo, as causas do suicídio nem sempre se mostram como de ordem psíquicas, mas, sobretudo, a partir das questões sociais.

Na obra em questão, a opressão contra a mulher marcadamente exercitada pelo poder dos homens, seja este o pai ou o marido, tem no suicídio uma espécie de libertação, último recurso usado contra os aviltamentos da vida privada. Desse modo, a mulher devia ser sempre revestida de uma moral ilibada, casta e refinada no tratamento, essencialização das identidades. Nessa ótica, Butler argumenta que a teoria feminista, “tem presumido que exista uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres” (Butler, 2014, p. 17). Ou seja, podemos depreender dessa classificação duas questões, uma que versa sobre o plano político e a outra, no plano das representações.

Do ponto de vista político, a categorização se mostra necessária, pois existe uma luta pela visibilidade e legitimação das mulheres e das minorias de um modo geral, daí a necessidade de se afirmarem papéis. Por outro lado, do ponto de vista da representação, teríamos a expansão das qualificações do ser sujeito, levando, desse modo, a contestações quanto ao termo mulheres, portanto, não havendo mais uma fixidez de sentido (Butler, 2014).

Na linha da representação, há um desfavor em conceber o termo “mulheres” como estratégia de afirmação política, pois se passa a falsa noção de que haja, em todas as mulheres, uma identidade comum, numa perspectiva essencialista e biologizante. Butler (2014) fala a esse respeito sobre as armadilhas advindas da noção de universalidade do patriarcado encontrada nos discursos feministas: A urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (Butler, 2014, p. 21).

Em outros termos, essa reivindicação, possivelmente necessária aos ideais políticos, serviu de escopo para a produção de discursos massificadores em torno da identidade feminina como una e sempre relacional — masculino em oposição ao feminino, implicando dizer que, nessa acepção relacional, haveria apenas um único modo de ser mulher e este se construiria na relação de subordinação ao modelo cultural dominante e que excluiria todas as outras possibilidades de se pensar outros modos de ser como o ser *gay*, lésbica, trans, entre outros. Butler argumenta “que as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminino são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam” (Butler, 2014, p. 21).



A autora, considera, desse modo, “o ‘sujeito’ não como indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação” (Butler, 2015, p. 11). Para a autora, o sujeito está em constante processo, um devir infinito que o faz se reinventar a todo tempo. Em outras palavras, nenhum indivíduo pode se tornar sujeito sem antes ter passado pelo processo de sujeitado, sendo, nesse caso, as relações sociais que determinam estes sujeitos. Desse modo, a autora passa a adotar o termo identificação, que se caracteriza como a concretização através da performatividade, e assim o sujeito é livre para criar identificações de gênero através do uso da fantasia.

Romper com padrões, especialmente calcados na religiosidade, nunca foi tarefa fácil, pois o ceticismo encontra lugar no coração daqueles que, armados com o condão das identidades fixas e pré-originadas, insistem em se manter reticentes quanto às possibilidades outras de se poder ser e, nesse sentido, Landowski fala sobre como a manutenção dessas identidades ocorrem e como a diferença se reforça: “O que eu sou é o que você não é”. E, claro, nesse caso o sujeito que diz Eu, ou o que diz Nós, é um sujeito que “sabe” ou que, pelo menos, crê saber o que vem a ser o Outro. Ele não precisa, no mais, estar muito informado sobre isso nem ir procurar bem longe: para fundamentar sua própria certeza de ser Si, a única coisa que lhe importa, a única “verdade” da qual precisa se assegurar é que o Outro é o “outro”, e que o é categoricamente: natureza *versus* cultura, bestialidade *versus* humanidade, Eles *versus* o Nós, todos esses pares de contrários se equivalem, para falar da mesma relação de exclusão mútua (Landowski, 2012, p. 25). Negar (a)s identidade(s) do outro não leva à interdição ou à verdade do sexo, mas os elementos negativos que constroem as diferenças, como “proibições, recusas, censuras, negações” (Foucault, 2014, p. 17) apenas reforçam ainda mais seu caráter, organizar silêncios também é uma forma de dizer.

Uma nova ordem política se impõe e a heterossexualidade se apresentou como estratégia de manutenção de poder que por muito tempo subjugou/subjuga aqueles que negam haver apenas uma forma de amar, de se relacionar.

Assumir a singularidade do sujeito, ter consciência de si não é tarefa fácil; ir contra as performances hegemônicas, muito menos. Porém, “o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (Butler, 2014, p. 36). Ou seja, não se pode aprisionar o gênero, este não pode obedecer a uma ordem normativa e definidora. Por isso mesmo, “o sujeito” não é um indivíduo, mas para Butler (2015a, 2015b), uma estrutura linguística em formação. Há sempre um processo de devir instaurado no sujeito, este se (re)arranja, se (re)organiza em função das situações.

3. Identidades de Gênero: Buscando Sentidos

A categorização da vida parece dar-se, preferencialmente, por meio de oposições: ao olharmos o mundo, nos deparamos com binarismos de toda a espécie — dia e noite; sol e lua; água e fogo; frio e quente; homem e mulher; assentando os sentidos do mundo a partir de divisões entre termos contrários. Tratar acerca desses binarismos, que emprestam sentido ao mundo e às relações entre os sujeitos, é peça chave para entendermos quais mecanismos teóricos e ideológicos permitem que nos organizemos de tal ou qual modo, e que tipos de discursos têm sido apregoados ao longo da história sobre quem somos, mas também quem devemos ser e como devemos agir, isto é, que modos de distinguir e categorizar são naturalizados e passam a adquirir caráter normativo. Consideremos a esse respeito as questões relativas ao gênero.

Desse modo, a discussão de gênero tem conseguido abalar as searas políticas, sociais e ideológicas das sociedades, sobretudo, no cenário brasileiro. Conforme Scott (1995, p. 72) “as feministas começaram a utilizar a palavra gênero mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”. Ou seja, é um termo pensado, antes, pelas ciências sociais, que supõe a criação de uma maneira de se refletir sobre as identidades sociais (homem e mulher). Seu maior objetivo era possibilitar formas de rebater discursos machistas e que subordinavam as mulheres a um segundo plano, enquanto a voz legitimada era sempre a do homem.

Segundo a autora, a palavra gênero é plena de possibilidades ainda por serem examinadas: Porque em muitas línguas indo europeias há uma terceira categoria — o sem sexo ou o neutro. Na gramática, o gênero é



compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que tornam possíveis distinções ou agrupamentos separados (Scott, 1995, p.72). Scott (1995) lembra-nos da arbitrariedade dos signos, nos fala da tentativa inútil de se tentar aprisionar os sentidos das palavras, pois, segundo ela, as palavras têm história, passando pelo jogo da invenção humana. Para a autora, há, possivelmente, uma diversidade de formas para se analisar a palavra gênero, não sendo necessário, contudo, posicioná-la em termos cristalizados.

Ainda acerca da essencialização das identidades, Audre Lorde (2009, p 24) se posiciona dizendo que “nasceu negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal inter-racial” e que, nesse caso, considerando o grupo majoritário, define-se como desviante. Por isso mesmo, diz Lorde que qualquer ação contra homens *gays* é também, e paulatinamente, ataque a pessoas negras:

Pessoas negras são vítimas potenciais. E esse é o estandarte do cinismo da direita encorajar membros de grupos oprimidos a agir uns contra os outros, e por tanto tempo a gente é dividida por causa de nossas identidades particulares que nós não podemos juntar-nos todos juntos numa ação política efetiva. Dentro da comunidade lésbica eu sou *Negra*, e dentro da comunidade *Negra* eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas *Negras* é uma questão lésbica e *gay* porque eu e centenas de outras mulheres *Negras* somos partes da comunidade lésbica. (Lorde, 2009, p. 25, grifo nosso).

Baseando-nos nas discussões de Lorde, entendemos que a discriminação de gênero perpassa outras formas de discriminações como de classe, de cor, religião, orientação sexual, entre tantas outras, o que faz com que a busca, deva-se dar no aprofundamento de discussões que reconheçam a necessidade de integrar as diversas diferenças em um plano central de direitos humanos.

Crenshaw (2002, p. 174) diz que “o gênero se intersecta com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres”. Assim ocorre que a exemplo de mulheres de grupos étnicos ou lésbicas, não obstante, veem suas reivindicações deixadas de lado em função de categorias mais amplas como raça e gênero, a análise detalhada das diferentes dinâmicas de necessidades favoreceria construtos de proteção mais animadores, considerando os grupos minoritários.

Nessa linha, Scott (1995) explica que o mais importante é como ocorrem as construções culturais considerando as diferenças, não obstante, diferentes instancias de poder criam e legitimam conceitos acerca das identidades de gênero e sexo e os aprisionam em modelos fixos que reforçam as desigualdades sociais. Nesse sentido, a interseccionalidade “é uma conceituação do problema que busca captar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”. Ou seja, com a interseccionalidade objetiva-se, portanto, analisar para além do ser mulher, mas são evidenciadas outras relações, como o ser LGBTQIAPN+, o ser negra, o pertencer a uma dada etnia, o decidir-se por uma dada religião, entre outras ampliações de concepções e as relações que afetam os sujeitos sociais.

Consideremos agora trechos das narrativas colhidas ao longo da pesquisa, mobilizando pseudônimos ao nos referirmos aos sujeitos. As memórias de Nick exemplificam a discussão acerca da necessidade de se pensar as relações interseccionais, e não somente a sobreposição de uma identidade em detrimento das demais que se afiguram nos sujeitos:

Outra coisa que posso te falar também que eu não sei mentir, que é a questão da beleza, se eu fosse, por exemplo, um transgênero e gordo, teria sofrido uma discriminação triplicada, mas como eu comecei minha transição e fiquei mais bonito, inclusive as meninas falam isso, até alguns meninos, alguns *gays* falam (Nick).

Nesse caso, não é só o fato de ele ser transgênero que afetaria a relação de pertença ou mesmo de aceitação do grupo destinador, mas outras identidades sobrepostas poderiam figurar como elemento passível da triagem



(Zilberberg, 2011) e atitudes de preconceitos. Ao eleger uma identidade em detrimento das diversas possibilidades que se cruzam corre-se o risco de oprimir direitos, promovendo mais segregações, a exemplo das reivindicações de mulheres negras e brancas quanto à opressão sexual, pois, embora sejam mulheres, um hiato as separa em termos de realidades “logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum” (Caldwell, 1999, p. 26). Nesse sentido, é preciso refletir acerca do que deve/pode ser combinado em termos de identidades para que não haja sobreposições que mitigue direitos. Acerca dessas questões, ou outro participante da pesquisa, Natan, comenta:

(...) a gente tava..., eu tava fazendo uma apresentação na escola e daí eu tinha que/ alguém tinha que ser Jesus né! E daí, eu não poderia ser, pois eu tinha o meu jeito mais afeminado e por ser negro... Então eu não me enquadrava nesses padrões, então meu amigo Pepe, tipo, ele era hetero, ele tinha o jeito mais hetero. [mas] Ele era *gay*, então ele se escondia, se camuflava assim, aí ele era o mais apresentável e acabou que foi ele. (...) quem é hetero é sempre mais glorificado, é mais aceito (Natan).

“Devemos frisar que o discurso se constitui — por si próprio, e independentemente de nós — sob o signo da reflexividade. Ele é ao mesmo tempo o objeto e o meio do conhecimento, tendo, portanto, vocação para conhecer-se” (Zilberberg, 2011). Isso posto, a afetividade encontra seu ápice pela memória, o sujeito pode ser observador de seu próprio ato, e assim tornar o momento inteligível e discursivizável sob a égide da triagem.

A ação paira sob o sujeito que o faz analisar o instante e dar-lhe peso: “quem é hetero é sempre mais glorificado”, pode, enfim, ser glorificado. São muitas as identidades em processo para se ser o “escolhido” “pois eu tinha o meu jeito mais afeminado e por ser negro”. As identidades em evidência ali o desqualificam para o papel. Há uma imagem de Jesus para a qual não cabe um sujeito homossexual ou negro. Baumann (2005), diz que, em se tratando de identidades, sempre haverá algo a explicar, esconder ou no outro extremo, ostentar, negociar, oferecer, barganhar. “Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem” (Baumann, 2005, p. 19). Ou seja, Natan percebe, pelo prisma da triagem, suas falsas diferenças identitárias em relação ao amigo, que parece não ser *gay*, mas que veladamente o é. No jogo das triagens, importa mais o parecer. Parecer homem; parecer branco. Vemos emergir também, nas memórias de Natan, questões ligadas à interseccionalidade.

Segundo Crenshaw (2002), é verossímil o fato de que todas as mulheres, e, nesse caso, acrescentamos, homossexuais, de algum modo, estão sujeitas/os ao peso da discriminação de gênero/ [orientação sexual]. Por outro lado, temas ligados às identidades sociais “como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem a diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, 173). Do mesmo modo, homossexuais também sentem o peso da fragilidade, a depender do subgrupo do qual faça parte, se *gay*, se lésbica, se *travesti*, se transgênero, entre outros. Embora interligados, têm reivindicações específicas que não podem ser subjugadas em detrimento das reivindicações do grupo maior.

A autora comenta que tanto as questões de gênero, quanto o foco no racismo e em diversos outros modos de intolerâncias ajuízam a necessidade de integração de raça e outras diferenças ao trabalho com abordagem de gênero das instituições de direitos humanos. Desse modo, há sobreposições identitárias nos diferentes grupos que precisam ser refletidas e questionadas a fim de que não se forjem mais invisibilidades, especialmente no uso das proteções de políticas afirmativas. Não é só o fato de ser homossexual que criará implicações ao sujeito, antes, porém, suas outras identidades também refletem e favorecem determinados preconceitos, a exemplo de o sujeito que não é só transgênero, mas umbandista, negro e gordo, pois em algum momento uma dentre essas sobreposições identitárias falará mais alto. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção para a integração dos diferentes movimentos que interseccionam, por exemplo, raça e gênero, pois não são problemas exclusivos, são questões que se combinam e afetam as condições de vida (Crenshaw, 2002).



Na outra margem, o comportamento de Pepe (o amigo que parecia não ser *gay*, mas o era), Eribon diz que: Os homossexuais costumam ser levados a desenvolver repertórios de comportamentos que são utilizados alternativamente em função dos diferentes públicos diante dos quais se encontram, passando de um tipo de gestualidade ou de atitude a outro, conforme exigências da situação. (Eribon, 2008, p. 66) Nesse caso, o “armário” ainda é o lugar de “proteção” em relação ao olhar condenatório do outro. Pepe parecia ser hetero, mas na verdade era *gay*, seu silenciamento e/ou controle dos atos e gestos o qualificam a ser a personagem da peça escolar, enquanto as identidades de Natan são evidentes demais — se não o fato de ser *gay*, o fato de ser negro o impossibilitaria de desempenhar o papel disputado. O que pretendemos mostrar, nesse breve recorte, é que são diversas as projeções discursivas de intolerância e preconceito que podem ser extraídas cotidianamente dos/nos discursos, sejam eles no âmbito privado, social, escolar ou mesmo religiosos.

4. Considerações Finais

O presente trabalho, como já dito, é um recorte de um trabalho maior. Nele buscamos refletir sobre as narrativas de acadêmicos homossexuais de uma universidade pública brasileira com relação a suas histórias de in/exclusão ao longo de seu processo de escolarização, aqui, especificamente sob um viés identitário advindo da sociosemiótica.

A cada memória analisada, vislumbramos como a vida em sociedade pode ser díspar, com significativas contradições em termos de direitos e acessos, especialmente o artigo 5.º da Constituição de 1988 (Brasil, 1988) que assegura a igualdade de todos diante da lei. O referido dispositivo parece contido em sua eficácia, sobretudo aos grupos vulneráveis, e nesse caso aqui, aos sujeitos pesquisados, acadêmicos homossexuais.

Seguramente o cenário social de agora pressupõe novas nuances e acessos, pensando nas acirradas manifestações desde a década de 1970. A mídia, na atualidade, tem tematizado acerca das formas alternativas de viver a sexualidade, o que confere um maior destaque e um possível enfrentamento acerca dos silenciamentos em torno da temática gênero e sexualidade.

A intolerância não é um problema individual, mas um problema de ordem social que precisa ser enfrentando, a solidariedade, a fraternidade que vemos expressa na Constituição de 1988 consubstancia o respeito humano, e a isso independe de sua orientação sexual, religiosa, gênero, raça, entre outros. A dignidade humana pressupõe o respeito ao próximo e a seus direitos.

Por sua vez, apelamos para mais discussões concernentes as histórias de vida da população LGBTTIAPN+ há mais políticas públicas que de fato sejam manifestações fatídicas de comprometimento com a formação de professores da educação básica, para que possam lidar com a diferença. Afirmamos a necessidade de maior atenção aos direitos desse grupo, o que implica crescimento e honra aos direitos humanos.

Referências

- Butler, J. (2014). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (7.ª ed.). Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015a). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015b). *Relatar a si mesmo*. Autêntica.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1). <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>
- de Beauvoir, S. (2015). *O Segundo Sexo — vol 1*. Quetzal Editores.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay* (P. de Abreu, Trad.). Companhia de Freud.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Paz e Terra.
- Greimas, A. J. (2014). *Sobre o sentido II. Ensaios semióticos* (D. F. da Cruz, Trad.). Nankin/Edusp.



Landowski, E. (2012). *Presenças do outro: ensaios sociossemióticos*. Perspectiva.

Lorde, A. (2009). "I Am Your Sister". *Collected and unpublished writings*. Oxford University Press.

Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. Boitempo.

Silva, L. H. O. (2017). Análise semiótica de mapas das eleições presidenciais de 2014: fraturas no discurso da identidade nacional. *Revista do Gelne*, 19, 166–177.

Zilberberg, C. (2011). *Elementos da semiótica tensiva* (I. C. Lopes, L. Tatit, & W. Bevidas, Trad.). Ateliê Editorial.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar. **Revisão por Pares:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo da *NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais* é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.